

OFENSIVA NEOCONSERVADORA DO CAPITAL E RESISTÊNCIAS SINDICAIS E POPULARES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

LA OFENSIVA NEOCONSERVADORA DEL CAPITAL Y LA RESISTENCIA SINDICAL Y POPULAR EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

CAPITAL'S NEOCONSERVATIVE OFFENSIVE AND UNION AND POPULAR RESISTANCE IN BRAZILIAN EDUCATION

<http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.56508>

Kate Lane Costa de Paiva¹

Sâmbara Paula Francelino²

Mario Mariano Ruiz Cardoso³

Rodrigo Castelo⁴

O presente dossiê da revista *Germinar: marxismo e educação em debate* tem como objeto o “Sindicalismo e movimentos sociais em defesa da educação pública e popular”. O nosso objetivo é socializar a produção acadêmica que parte de um olhar crítico sobre a educação em suas diferentes dimensões da formação humana na sociedade capitalista e analisa e reflete sobre os caminhos teóricos, políticos e práticos para superar o quadro atual, tendo como base o movimento da classe trabalhadora em toda sua riqueza constitutiva e experiência histórica.

O último período de ascensão da direita bolsonarista ao governo federal foi marcado por um aprofundamento do ataque a educação, em especial, a educação pública promovida pelo Estado no Brasil. Houve também um avanço na perseguição e criminalização das experiências educativas que se manifestam nos espaços de organização das trabalhadoras e trabalhadores em nosso país. Tivemos recentemente, nesse último mês de agosto, momentos da CPI contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em que a educação promovida pelo Movimento se tornou alvo dos representantes do grande capital no Congresso Nacional.

Sabemos que mesmo com algumas decisões da justiça que referendaram a inconstitucionalidade das propostas ligadas ao movimento reacionário autointitulado "Escola sem Partido", os aparelhos da extrema direita têm mantido ações de perseguição a docentes em nossas escolas e universidades. Em alguns casos, essa situação se manifestou também através da ação das famílias dos educandos, exigindo que as escolas não abordassem temas como racismo e gênero e reivindicando um currículo "neutro" e conservador.

A ofensiva burguesa contra a educação pública no Brasil ganhou contornos mais autoritários e obscurantistas com o golpe de 2016 e a ascensão da extrema direita ao poder, porém não iniciou neste último período. O projeto do capital para a educação é parte da lógica histórica de exploração e opressão dessa sociabilidade e estabelece relações recíprocas com a totalidade da vida humana no capitalismo. Por outro lado, devemos lembrar que ao longo de sua constituição como classe, as trabalhadoras e trabalhadores resistiram a tais ataques e produziram experiências educativas que alimentaram um outro projeto de educação. Cabe destacar, por exemplo, que estudantes, professoras/es e técnico/as da educação protagonizaram as primeiras manifestações massivas logo no início do governo Bolsonaro.

A degradação produzida no corpo e na mente de trabalhadores pela lógica do capital, fez Marx e Engels afirmarem que a educação das crianças e adolescentes deveria estar distante da dinâmica do trabalho na sociedade capitalista, sendo que “qualquer que seja a forma em que se realize sob o reino do capital, (será) simplesmente abominável” (MARX; ENGELS, 2011, p. 83). A articulação entre trabalho e educação na perspectiva de Marx e Engels deve estar atrelada à luta pela construção de uma nova sociedade, em que o próprio trabalho seria profundamente transformado, fazendo parte de uma formação que garantisse a educação da mente, do corpo e uma educação politécnica que elevasse a consciência da classe trabalhadora para uma inserção plena na vida social (MARX, 1866).

Tanto a resistência efetiva aos ataques do capital como a organização prática de experiências que atendam a necessidade de emancipação da classe trabalhadora só podem se estabelecer como tais sendo parte das lutas de classes que envolvem a necessidade de transformação da totalidade da vida social. As lutas educacionais pensadas e produzidas de modo isolado ao conjunto de determinações da sociabilidade que estamos inseridos acabam por ter seu potencial transformador diluído nas contradições e na lógica de reprodução do capital. É o que vemos por exemplo na defesa da escola pública incorporada até mesmo pelas articulações empresariais como o *Todos pela Educação*. Segundo Virgínia Fontes (2020), há uma suposição de que tais entidades privadas:

[...] se destinariam à defesa da educação pública. Constituídos por empresas e por outros APHS empresariais, atacam as conquistas populares da educação pública, laica, universal e de qualidade socialmente referenciada, abrindo espaço não apenas para a venda de sistemas de ensino e de diversos materiais didáticos, mas para a disseminação de uma concepção gerencial da educação.

Se o capital apresenta seu projeto de "escola pública", o que defendemos? Sabemos, na verdade, que os empresários da educação, operam uma desqualificação da escola pública para substituir a administração diretamente estatal por formas privatistas, como as concessões público-privadas e os *vouchers* (FREITAS, 2014, p. 51). Não só a escola de educação básica, mas o ensino superior tem experimentado o avanço de iniciativas do capital que pretende alterar profundamente o caráter dessas instituições. No caso das instituições de ensino superior, tivemos no último período a proposta conhecida como Reuni Digital que tinha como um dos seus objetivos explícitos a transformação da Educação à Distância (EaD) de modalidade da educação para principal eixo formativo do ensino superior como um todo, na perspectiva de ampliação da institucionalização e consolidação da EAD (MEC, 2022, p.15). Também podemos destacar o

processo de financeirização, privatização e filantropização contido no projeto Future-se, que foi abatido em pleno voo após ser rechaçado nas universidades federais.

Foi nesse contexto que pudemos observar uma forte mobilização de trabalhadores e estudantes em defesa da presencialidade da educação. No caso das professoras e professores das universidades, institutos federais e CEFETs, o sindicato dessa categoria, ANDES SN, conclamou toda a base a:

se manter em alerta, em constante estado de mobilização, em unidade com os sindicatos da educação, para derrotar mais esse ataque e reafirmar o que apresentamos como fundamentos conceituais, no Caderno 2, em que afirma: “o ensino deve ter um caráter formador e crítico, ser presencial. (ANDES-SN, 2022)

Também temos presenciado a luta em torno da revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Tanto sindicatos, como movimentos estudantis e populares têm denunciado essa medida, resistindo a seu avanço e ampliado o debate em torno de qual concepção educativa daria conta dos anseios da classe trabalhadora na escola básica. O que seria necessário para construirmos uma sociedade que supere a exploração bem como o machismo, o racismo, a lgbtphobia e o capacitismo que estruturam a vida sob a lógica do capital? Neste processo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de notas reforçando a posição pela revogação da lei que sustenta o Novo Ensino Médio (ver CNTE, 2023a), afirma o seguinte:

Conselho Nacional de Entidades da CNTE aprovou recomendação aos trabalhadores/as, alunos/as, funcionários/as das escolas para discordarem de todas as 11 perguntas do formulário do MEC, elaborado para conhecer a opinião dos brasileiros a respeito do Novo Ensino Médio (CNTE, 2023b)

O ANDES-SN também atuou nas mobilizações que ocorreram em 2023 relacionadas a luta contra o Novo Ensino Médio, tanto no dia 09 de agosto, data convocada pela CNTE, quanto no dia 11 de agosto, dia do estudante, data construída conjuntamente pela revogação do Novo Ensino Médio a partir do chamamento da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Cabe ressaltar que o ANDES-SN tem denunciado sistematicamente essa proposta de Reforma do Ensino Médio desde a promulgação da Lei 13.415/2017, quando elaborou uma cartilha que analisa o conjunto de ataques contidos no NEM. Já naquele momento, esse sindicato indicava que a resistência deveria ter um caráter ativo, ou seja, a luta contra o NEM deveria significar a construção de uma proposta da classe trabalhadora, pautada pela “organização e a luta dos(as) trabalhadores(as) por uma perspectiva unitária de formação humana para o Ensino Médio, atrelada às lutas para derrotar as demais contrarreformas que visam impor, ainda mais, o empobrecimento da maioria da população brasileira”. (ANDES-SN, 2017)

A reflexão que iniciamos brevemente na introdução deste editorial quer chamar a atenção para a problematização de que um projeto de educação que atenda os interesses históricos da classe trabalhadora só ganhará corpo se conectado às lutas reais que partem do próprio enfrentamento à lógica do capital. Do mesmo modo, tais lutas só se efetivarão como instrumento da emancipação social se ancoradas em um horizonte que articule uma concepção educativa que faça parte do movimento de superação do capitalismo. Não há aqui qualquer antagonismo entre a necessária elaboração teórica de uma concepção de educação que aponte para o socialismo e a ação prática das lutas que partem da resistência à dinâmica de ataque do

capital à formação humana na sociedade atual. O que apontamos aqui é a necessidade de uma articulação dialética desses movimentos. É nesse sentido que apresentamos este dossiê, desejosos que ele possa contribuir para socializar elementos teóricos, práticos e metodológicos para a luta revolucionária na educação.

A **entrevista** do segundo número de 2023 foi realizada com Sadi Dal Rosso, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), militante sindical, ex-presidente do Andes-SN e pesquisador com reconhecidos estudos na área do mundo do trabalho. Nessa entrevista, Dal Rosso discorre, com muita propriedade, sobre os novos processos de exploração capitalista, a contemporaneidade e validade da teoria marxista do valor-trabalho, as transformações nas universidades e a importância das lutas sindicais na resistência da classe trabalhadora aos avanços do grande capital. Está imperdível.

A seção **Debate** traz os artigos aprovados para o dossiê *Sindicalismo e movimentos sociais em defesa da educação pública e popular*. Ao todo, foram selecionados 19 artigos para compor o referido dossiê, com destaque para os temas do novo ensino médio, o Andes-SN e a educação popular. O artigo de abertura da seção foi escrito em parceria de Juliana Argollo e Vânia Motta e avalia, sob uma perspectiva gramsciana, a realização dos Congressos Nacionais de Educação (CONEDs) entre 1996 e 2005 e sua importância na resistência ao avanço neoliberal na educação durante os governos Fernando Henrique Cardoso. O segundo texto, assinado por Thiago Vasquinho Siqueira e Rodrigo Lamosa, traz um estudo sobre como a chamada Economia Comportamental é difundida mundialmente pelo Banco Mundial e quais são seus impactos sobre o Novo Ensino Médio no Brasil. A seguir, três textos versam sobre educação pública, interesses do grande capital e a crise capitalista. O terceiro, de Flavio Eduardo Mazetto, discute como o Novo Ensino Médio é uma construção à imagem e semelhança da acumulação flexível do capital, com foco na Secretaria de Educação de São Paulo. O quarto artigo do dossiê, escrito por Romildo Araújo, apresenta reflexões a respeito da reforma do ensino médio (lei 13.415, de 2017), qualificando-a como uma nova forma de adequação da educação pública aos ditames do capital. O quinto texto é uma produção coletiva de Layslândia de Souza Santos, José Deribaldo Gomes dos Santos e Lailton de Souza Santos, que versa sobre os impactos da referida reforma do ensino médio na formação da juventude brasileira.

Um outro bloco do dossiê apresenta lutas docentes e estudantis em diferentes regiões do país contra o Novo Ensino Médio e a militarização das escolas. Diego Franca escreve sobre as transformações das escolas na Paraíba, com ênfase na reforma do ensino médio. O texto seguinte, de Edima Moraes e Jamerson Antonio Almeida da Silva, fala sobre o estado de Pernambuco e a resistência sindical docente à destruição do ensino médio, apontando para processos de transformismo nas lideranças sindicais e subsequente enfraquecimento do sindicato. Felipe Alencar, Isaac Oliveira Moutinho Junior e Márcia Aparecida Jacomini divulgam suas pesquisas sobre o Grupo Escola Pública e Democracia, um coletivo formado por servidores e estudantes de 15 escolas estaduais de São Paulo que resistiram à implementação do programa Inova Educação entre 2018-2021. Na sequência, temos o artigo de Fernando Leal e Marcelo Lima a respeito das ocupações estudantis no estado do Espírito Santo nos anos de 2015 e 2016. Por fim, esse bloco é encerrado com um texto de Ana Pontes-Saraiva sobre a militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras.

Deise Mancebo apresenta ao público novos resultados das suas pesquisas sobre o ensino superior no Brasil, destacando os impactos da austeridade fiscal e do neoconservadorismo nas lutas sindicais, concluindo pelo aumento das dificuldades de lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. A seguir, Eblin Farage reflete sobre os desafios estruturais para organização e mobilização docentes nos últimos anos, com destaque para o Andes-SN. Sobre esse mesmo sindicato, temos o texto de Ana Carolina Galvão, Fernanda de Araújo Binatti Chiote e Fernando Lacerda Júnior, que expõem uma análise crítica de materiais de formação política do Andes-SN.

O último bloco da seção Debate é sobre a educação popular. O primeiro texto é de Anita Helena Schlesener e apresenta as reflexões jornalísticas de Antonio Gramsci sobre educação popular e sua importância na formação política da classe trabalhadora. O segundo, de Mike Ceriani de Oliveira Gomes e Neusa Maria Dal Ri, discorre para o público brasileiro a experiência do Movimiento Evita da Argentina e suas contribuições para os bachalerados populares. O artigo seguinte, de Ellen Cristine dos Santos Ribeiro, Betânea Moreira de Moraes e Josefa Jackline Rabelo, expõe práticas educativas desenvolvidas no seio da Via Campesina e seus desdobramentos na construção política do internacionalismo revolucionário. O último texto desse bloco foi escrito por Vanderlei Amboni e examina escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos acampamentos à espera da reforma agrária.

Para encerrar a seção, temos os artigos de Erlando Reses e Dimitri Silveira, que versa sobre a formação e escolarização de trabalhadores no Distrito Federal envoltos nas lutas sindicais e o redigido por Carlos Eduardo Viveiros, que discute a coerção e vigilância estatais nas organizações da classe trabalhadora no estado do Maranhão durante a ditadura empresarial-militar brasileira.

A seção **Artigos** congrega textos da chamada livre da revista *Germinal*. O artigo de abertura foi escrito por Jacob Blumenfeld, originalmente publicado em inglês na revista *Philosophy and Social Criticism*, e traduzido por Breno Santos. O texto versa sobre o tema das expropriações na obra marxiana e suas implicações para as lutas da classe trabalhadora na contemporaneidade. No escrito seguinte, Tiago Fávero de Oliveira disserta sobre as pesquisas em educação baseadas no materialismo histórico e dialético, com ênfase nos próprios textos de Karl Marx. Numa toada semelhante, Inny Accioly apresenta como o método de Marx é pertinente nas pesquisas em educação e nas críticas às reformas educacionais globais.

Allan Kenji Seki e Selma Borghi Venco explicam sobre a Política Nacional de Educação Digital e seus rebatimentos na educação pública brasileira, destacando as consequências para o trabalho docente cada vez mais precarizado. Logo após, a Política Nacional de Avaliação da Educação é objeto de análise do artigo de Rafael dos Santos Pereira, que faz uso das obras de Gramsci e Poulantzas. Fábio Araujo de Souza analisa a judicialização do percentual mínimo de impostos para o ensino pelos governos estaduais no Supremo Tribunal Federal. Idayany Almeida e Michele Silva Sacardo escrevem um artigo coletivo sobre as concepções pós-críticas de trabalho docente e suas influências na produção acadêmica da Educação Física.

A privatização da produção de tecnologia nas universidades públicas, sob o chamado modelo de hélice tripla, é alvo de investigação do artigo de Luís Augusto Lopes. Em seguida, temos dois artigos influenciados pela teoria marxista da dependência. O primeiro decorre da tese de doutorado de Diógenes Moura Breda, orientada por Marco Antônio Martins da Rocha, e versa sobre a transferência de valor no capitalismo dependente brasileiro do

século XXI. O segundo é uma produção de Pietro Caldeirini Aruto sobre os mecanismos de superexploração da força de trabalho no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI.

Para encerrar a seção, temos mais três artigos. Leonardo Sartoretto trabalha, a partir de uma leitura de matriz luckasiana, o pensamento autoritário brasileiro de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral no processo de industrialização hiper-tardia (1930-1945). Homero Silva, Osterne Nonato Maia Filho e Maria Susana Jimenez apresentam as suas interpretações sobre a trajetória intelectual-militante de György Lukács, tendo como ponto de partida algumas das suas últimas entrevistas. Ivan Ducatti analisa a imbricação entre fascismo e eugenia na Itália com base em fontes historiográficas daquele país.

A seção **Clássico/Documentos** traz a público uma tradução inédita para o português do texto *Revolução na América Latina nos anos 1980: estratégia e táticas*, de Ruy Mauro Marini. A tradução ficou a cargo de Pietro Salles e a revisão técnica foi realizada por Rodrigo Castelo. Trata-se de uma exposição de Marini a respeito dos processos revolucionários em curso na América Latina nos anos 1970 e 1980, com destaque para a revolução sandinista na Nicarágua.

Fechando o número, a seção **Resenhas** apresenta três textos. A primeira obra resenhada é *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação*, organizada por Roberto Leher em conjunto com pesquisadoras e pesquisadores do Colemarx/UFRJ. A autoria do texto é de Débora Sabina da Silva Geraldo. A segunda obra analisada é *O Estado latino-americano: teoria e história*, de Leonardo Granato. Thiago Logatto redigiu o texto que apresenta criticamente os debates feitos por Granato a respeito do seu objeto de estudo. Ao final, Cleonilton da Silva Souza analisa a obra de Shoshana Zuboff, *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*.

Referências:

ANDES-SN. **A contrarreforma do Ensino Médio**: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei no 13.415/2017. Brasília: ANDES SN, 2017. Disponível em:

<https://www.andes.org.br/sites/publicacoes/page:2>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

ANDES-SN. **Nota da diretoria do ANDES SN sobre o Reuni Digital**. 2022. Disponível em:

<https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nOTA-dA-dIRETORIA-dO-aNDES-sN-sOBRE-o-rEUNI-DIGITAL0>. Acesso em 16 de agosto de 2023.

CNTE. Posição da CNTE sobre as Portarias MEC nº 397 (revogada pela Portaria 408) e nº 399, de 2023, que tratam sobre a Reforma do Ensino Médio, BNCC e ENEM. 2023a. Disponível em:

<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75841-pela-revogacao-do-novo-ensino-medio-cnte-e-movimento-estudantil-se-unem-em-ato-no-dia-15-de-marco>

CNTE. Pela revogação do Novo Ensino Médio, CNTE e movimento estudantil se unem em ato no dia 15 de março. 2023b. Disponível em:

<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/76374-fim-do-novo-ensino-medio-depnde-de-voce-saiba-como-responder-a-consulta-do-mec>

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 8, n. 14, p.15-35, 2020. Disponível em:

<https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351/286>. Acesso em: 2 set. 2023.

FREITAS, L. C. de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinar: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminar/article/view/12594>. Acesso em: 2 set. 2023.

MARX, K. Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1983, p. 79-88.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MEC. **ReUni Digital**. Plano de expansão da EaD nas universidades federais. Brasília: Ministério da Educação e Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022. v.4. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/reunidigital/publicacoes>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Notas

¹ Doutora em Artes Visuais pela EBA/UFRJ (2014). Professora de artes do ensino básico federal, no Colégio Universitário Geraldo Reis (Coluni) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3200589290544412>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4193-7820>. E-mail: katepaivarj@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e pesquisadora do Centro de Estudos de Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9362834696269454>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4223-7193>. E-mail: sambara.paula@uece.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor na Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)/Diamantina-MG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6466684523583420>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0332-1470>. E-mail: mariomarianoruizcardoso@gmail.com.

⁴ Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9080597950497381>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8927-1055>. E-mail: rodrigo.castelo@gmail.com.

Recebido em: 17 de set. 2023

Aprovado em: 17 de set. 2023